

MARCA E CERTIFICAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Maria do Socorro Barbosa Guedes, Maria Vilma Coelho Moreira
Mestrado em Administração de Empresas
Universidade de Fortaleza

Introdução

Os consumidores buscam cada vez mais informações sobre a origem e o processo de produção dos alimentos a serem consumidos. Aumenta as preferências por produtos autênticos e elaborados de acordo com o conhecimento característico da região. O fato está contribuindo fortemente para o desenvolvimento de políticas produtivas e comercializadoras favorável à identificação cultural dos produtos alimentares. Quais os benefícios da qualificação e certificação de produtos gerados por pequenos produtores dos Arranjos Produtivos Locais do agronegócio? Analisar o processo de certificação da produção do caju como forma de desenvolvimento da economia local e regional é o objetivo da pesquisa. Um selo que garanta um atributo de qualidade pode se tornar uma ferramenta de comercialização importante, em benefício dos APLs agroindustriais. No caso da produção integrada do caju apresenta-se como uma oportunidade para o agronegócio pelas seguintes razões: a demanda por produtos certificados está em crescimento mundial; emprega mais mão-de-obra; é ambientalmente adequado à região; existe demanda pelo comércio internacional e a matéria prima obtida apresenta diferencial de qualidade em relação ao sistema convencional.

1. Proteção à Propriedade Intelectual Regional

A Indicação Geográfica data do século IV AC, na Grécia, com os vinhos de Coríntio, e no Império Romano com o mármore de Carrara, vinhos de Falerne. Dos tipos de mecanismos de apropriabilidade incluídos no rol da propriedade intelectual, provavelmente é o mais antigo e certamente o menos usual, em comparação com patentes, marcas e cultivares. Mas não foi a Indicação Geográfica que primeiro recebeu a chancela jurídica internacional e nacional, mas as patentes e os direitos de autor e conexos.

Os países europeus trabalharam muito bem a proteção incrementando o capital social e humano como forma de divulgar a peculiaridade territorial e direncial competitivo, usando-o como instrumento de desenvolvimento local e da preservação da identidade cultural da comunidade.

Segundo Fachinello et al (2005) o Brasil possui potencial para utilizar os dois instrumentos de Indicações Geográficas. Conforme a configuração pode ter arranjos produtivos locais (APLs) com características diferenciadas. No caso de Indicação de Procedência, esta apresenta caráter de manufatura e de serviço especializado que, por conta do seu diferencial e concentração em determinado local, ganha fama que atravessa as fronteiras enquanto referência de excelência do território onde está instalada.

Denominação de Origem associa-se às características e peculiaridades físicas e humanas existentes no local. No primeiro caso podemos ter um *cluster* que se vincula a uma determinada capacidade de empreendimento que surge no local, no segundo a uma vocação potencializada pelas condições territoriais. Os exemplos visíveis são parques tecnológicos e de serviços especializados para os casos de indicação de procedência e produtos com características regionais relacionadas a condições edafoclimáticas e peculiaridades locais,

A Indicação Geográfica deve ser uma estratégia de difusão da marca do território para o exterior, protegendo-as e divulgando internacionalmente.

2. Arranjos Produtivos Locais

O sucesso das experiências americanas e européias associadas às aglomerações produtivas especializadas tornou-se muito conhecido na literatura da economia regional e da geografia econômica. Ao analisarem essas experiências, pesquisadores e observadores atribuíram inúmeras categorias e nomenclaturas, não necessariamente concorrentes entre si, para representar esses fenômenos, tais como *cluster*, distrito industrial, ambiente inovador, etc.

Independente da nomenclatura parece não haver dúvidas de que, qualquer que seja o emprego desses nomes, trata-se de um fenômeno identificado com um sistema social de produção, com menor ou maior complexidade, que se reproduz sobre um certo território (AMARAL, 2006). Entende-se aqui, sistema social como um universo de agentes que mantêm interações entre si, estabelecendo padrões de comportamento.

Segundo Amaral Filho (2006) a realidade brasileira, especialmente do Nordeste, está distante desse “tipo ideal” de aglomeração produtiva, ou sistema produtivo, tendo em vista, muitas vezes, a informalidade das atividades econômicas e o caráter incipiente e frágil das relações de cooperação entre os agentes. Neste caso, o que chamamos de aglomerações produtivas não teriam propriamente um estatuto de sistema, mas de um arranjo, Arranjo Produtivo Local (APL).

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação.

Procurando estruturar o conceito de APL (Cassiolato, Lastres & Szafiro (2000), indicam algumas das principais peculiaridades que devem ser observadas no estudo dessas aglomerações, são elas: a dimensão territorial; a diversidade, das atividades e dos atores; o conhecimento tácito; as inovações e aprendizados interativos; e a governança.

Arranjos Produtivos Locais		
Peculiaridades	Observações	Aglomerações
Dimensão territorial	Constitui recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar	Município ou áreas de um município; conjunto de municípios; micro-região; conjunto de micro-regiões, entre outros
Diversidade das atividades e dos atores	Envolve a participação e a interação não apenas de empresas de bens e serviços finais e intermediários, mas também, de diversas outras instituições voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento de engenharia, programas de promoção e financiamento.	Incluem, portanto, universidades, instituições de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, organizações públicas e privadas.
Conhecimento tácito ou conhecimento informal	O conhecimento não escrito nem institucionalizado, é compartilhado e socializado por empresas, instituições e indivíduos apresentando forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades cultural, social e	Facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta, ou mesmo impede, seu acesso por agentes externos a tais contextos, tornando-se, elemento de vantagem competitiva.

Quadro1: Principais Peculiaridades das Aglomerações, adaptada pelos autores

Fonte: Cassiolato, Lastres & Szafiro (2000)

Destaca-se, ainda, que um APL além de ser constituído pela cooperação dos atores envolvidos, pela aprendizagem, pelo empreendedorismo se faz necessário que suas atividades sejam inovadas pela pesquisa e desenvolvimento tecnológico criando vantagem competitiva. Segundo Mota (2007) cada localidade tem seu padrão de evolução, não sendo possível copiar ou reproduzir experiências. As interações formais e informais dos agentes e instituições enraizadas no ambiente local estabelecem redes inovativas.

3. Contextualizando a Pesquisa

A pesquisa teve caráter exploratório tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema estudado. É de natureza qualitativa e foi utilizado a pesquisa bibliográfica, documental e dados secundários extraídos de entrevistas, relatórios de pesquisa de campo escrito por pesquisadores que desenvolveram o projeto de certificação da produção integrada do caju no APL de Barreira e região em parceria com USAID/DAÍ Brasil, SDLR/CE, Embrapa, Banco do Nordeste, ADR Maciço, SEBRAE e outros.

3.1 O Selo de Certificação da Produção Integrada de Caju

Segundo Oliveira e Costa (2005) a abreviatura PIF significa “Produção Integrada de Frutas”. O termo ainda não é muito conhecido no Brasil, mas os produtores que exportam frutas para a Europa com certeza conhecem a expressão “*IFP standard fruit*”, ou seja, “fruta padrão PIF”, considerada uma exigência básica para a venda no mercado europeu, tornando-se um pré-requisito para a comercialização no exterior.

O conceito de Produção Integrada – PI teve início nos anos 70 pela Organização Internacional para Luta Biológica e Integrada – OILB.

A PIF combina as Boas Práticas Agrícolas (BPA), com os requerimentos dos sistemas de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Manejo Integrado de Pragas (MIP), Segurança no Trabalho e Gestão Ambiental (OLIVEIRA e COSTA, 2005).

Conforme Andrigueto e Kososki (2005) uma das ações prioritárias do Programa de Produção Integrada de Frutas no Brasil consiste no estabelecimento de um sistema de produção orientada e de livre adesão, por parte dos produtores e das empacotadoras, que poderá ser utilizado como ferramenta para concorrer no mercado nacional e internacional.

Os princípios básicos que regem a PIF estão amparados na elaboração e desenvolvimento de normas e orientações de comum acordo entre os agentes de pesquisa, ensino e desenvolvimento; extensão rural e assistência técnica; associação de produtores; base produtiva; autoridades do país, por meio de um processo multidisciplinar, objetivando com isso, assegurar que a fruta produzida esteja em consonância com um sistema que garanta que todos os procedimentos realizados estão em conformidade com a sistemática definida pelo Modelo de Avaliação da conformidade adotada (ANDRIGUETO e KOSOSKI, 2005).

Os quatro pilares de sustentação da PIF, conforme Andrigueto e Kososki (2005) são:

- Organização da base produtiva.
- Sustentabilidade do processo.
- Monitoramento do sistema.
- Informações (banco de dados).

A PIF tem como objetivo o estabelecimento de relação de confiança com o consumidor, de que a qualidade do produto está de acordo com os requisitos exigidos nas Normas Técnicas Específicas, de cada espécie frutífera.

A Figura 1 demonstra o selo oficial da Produção Integrada de Caju.



Figura 1: Selo de Certificação da Produção Integrada de Caju

Fonte: Manual de Produção Integrada de Caju (OLIVEIRA e COSTA, 2005)

Os produtores e beneficiadores de caju que comprovarem ter experiência em Produção Integrada, de no mínimo um ciclo agrícola, poderão aderir ao sistema e serem avaliados por Organismos de Avaliação da Conformidade – OAC, acreditados pelo Inmetro e receberem um selo de conformidade da fruta, com logomarca PIF/BRASIL e a chancela do MAPA/Inmetro.

O selo de conformidade, contendo código numérico, será obrigatoriamente aderido às embalagens de frutas, possibilitando a identificação das informações sobre:

- Procedência dos produtos.
- Procedimentos técnicos operacionais adotados.
- Produtos utilizados no processo produtivo, dando transparência ao sistema de conformidade para o consumidor.

O Programa da PIF está desenvolvendo ações direcionadas para facilitar a adesão desses envolvidos na Produção Integrada, buscando com isso apresentar resultados, não só econômicos, mas sociais e de geração de emprego e renda, estimulando a organização da base produtora familiar em grupos associativistas e, como consequência, o fortalecimento desses produtores para atuação mais preponderante nos mercados (ALTMANN, 2005).

3.2 Arranjo Produtivo Local de Barreira – Projeto Piloto de Promoção às Exportações

O município de Barreira é, historicamente, um grande produtor de caju no Ceará, possuindo muitos hectares de cajueiros nativos, conforme detalhado na Tabela 1. A princípio, sua produção de castanha era vendida “*in natura*” para empresas localizadas em municípios próximos, inclusive Fortaleza, para que fosse beneficiada.

Município	Área Colhida (ha)	Produção (ton)	Participação s/ CE - %
Aracoiaba	5.235	1.413	2,14
Barreira	7.800	2.246	3,40
Ocara	14.980	3.415	5,16
Total da Região	28.015	7.074	10,70
Ceará	368.911	66.090	

Tabela 1. Produção de Castanha de Caju do APL no Maciço de Baturité

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE/2005

Em 1989 a atividade de beneficiamento foi estimulada localmente pela criação de 15 Centros Comunitários Rurais no Ceará. Barreira foi contemplada com um desses centros, denominado de PA Rural - Programa de Apoio Rural. Juntamente com a criação do PA foi criada uma rede de pequenos fornecedores de castanha “*in natura*” que passaram a vender a

produção com mais vantagem que o valor pago pelos atravessadores. Além desta vantagem os produtores se beneficiam do preço reduzido pago pela alocação do trator pertencente ao PA Rural e estimularam os seus fornecedores e associados, a abrirem mini-fábricas de beneficiamento para que as mesmas executassem parte do trabalho do PA Rural. Além desse estímulo, mini-fábricas foram criadas a partir da iniciativa própria de funcionários do Projeto, formando assim um aglomerado de empresas, formais e informais, de beneficiamento de castanha até então inexistente (AMARAL FILHO e SCIPIÃO, 2005).

A empresa Universal Única Ltda foi atraída pela aglomeração local existente, a partir da terceirização do beneficiamento da castanha dedicando-se à exportação da mesma para o mercado americano.

A United States Agency for International Development (USAID) iniciou no final de 2004, o Programa de Fomento às Exportações de Micro e Pequenas Empresas nas regiões Nordeste e Norte brasileiras, com o objetivo de identificar setores com potencial para exportação, diagnosticar necessidades e desafios dos setores e prestar assistência técnica para promoção de exportações, desenvolvendo roteiros que orientem a participação de pequenas empresas nas exportações brasileiras e sirvam de referência para demais empresas de pequeno porte.

A USAID escolheu o Arranjo Produtivo Local de Barreira para promoção dos produtos no exterior, por indicação da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Ceará – SDLR, vislumbrando como força deste APL do Maciço de Baturité sua condição financeira, a identidade cultural e a possibilidade de realizar ações coordenadas por parte dos agentes locais como a Agência de Desenvolvimento do Maciço de Baturité (ADR-Maciço), a Embrapa Agroindústria Tropical e o escritório do SEBRAE em Baturité.

Após esforços comerciais com os produtos convencionais e de um diagnóstico setorial sobre a castanha de caju, o foco de atuação do Programa no Ceará foi direcionado para diferenciação dos produtos do APL por meio de um projeto piloto de certificação da castanha e da amêndoa de castanha de caju (ACC). Desde agosto de 2006, produtores e processadores do APL iniciaram o processo de certificação da amêndoa pelo Instituto Biodinâmico – IBD, sendo realizada de forma integrada entre os elementos da cadeia de valor da castanha.

O projeto piloto de certificação selecionou 20 produtores de castanha de caju para certificação imediata e 30 produtores para conversão da produção de caju do processo convencional para uma produção orgânica, além de 5 mini-fábricas processadoras para certificação imediata, cuja expectativa após as inspeções e que se alcance um volume certificado de aproximadamente 200 toneladas de castanha. Além do processo de certificação, o pequeno grupo de produtor vem recebendo capacitação em tecnologias de produção de cajueiro orgânico.

Os parceiros do projeto piloto de certificação orgânica da castanha de caju voltado à exportação é formada pela USAID/Brasil, Secretaria de Desenvolvimento Local Regional do Estado do Ceará – SDLR, Embrapa Agroindústria Tropical, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – SEBRAE/CE, Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, Banco do Nordeste, Empresa de Assistência Técnica do Estado do Ceará – EMATERC E, Agência de Desenvolvimento do Maciço de Baturité – ADR Maciço, Centro de Negócios Internacionais da FIEC (CIN) e Prefeitura de Ocara.

6. Considerações Finais

O programa piloto de certificação do APL Maciço de Baturité, apoiado pela USAID, revelou que é possível organizar e certificar uma produção orgânica de pequenos produtores e processadores da castanha de caju no interior do Ceará, desde que haja um acompanhamento

regular dos parceiros no processo de fortalecimento da capacidade de governança interna do próprio APL.

O volume certificado, aproximadamente em 50 toneladas de amêndoas de castanha de caju é baixo para garantir um fluxo regular de negócios externos ao APL, considerando que os importadores exigem uma produção mensal de pelo menos um contêiner de 16 toneladas/mês de amêndoas de castanha de caju. Considera-se, também, que as diversas atividades realizadas pelos parceiros no APL Maciço de Baturité muitas demandas não foram atendidas, principalmente quanto aos programas de qualidade, de capacitação gerencial e de exploração de novos mercados podendo inviabilizar a continuidade do processo de produção e comercialização da castanha e da amêndoa orgânica.

7. Referência Bibliográfica

- ALTMANN, R. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural. In: ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R. Desenvolvimento e Conquistas da Produção Integrada de Frutas no Brasil. In: OLIVEIRA, V. H.; COSTA, V. S. O. *Manual de produção integrada de caju*. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2005.
- AMARAL FILHO, J. do. *É negócio ser pequeno, mas em grupo; desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- AMARAL FILHO, J.; SCIPião, T. *Arranjo produtivo local de derivados da cajucultura em Barreira*. 13/01/2005. Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional Estado do Ceará. 2005.
- CASSIOLATO, J., LASTRES H. E SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. NT 27 - Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro, 2000.
- FACHINELLO, J.C.; GRUTZMACHER, A.D.; FARIA, J.L.; HERTER, F.G.; ORTES, GURGEL, V. A. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios*. Brasília: Sebrae, 2005.
- MOTA, T. L. N., G. Inovação e competitividade. In: Caminhos do desenvolvimento local. Fortaleza: *Universidade Aberta do Nordeste – ensino a distância*, 2007.
- OLIVEIRA, V. H.; COSTA, V. S. O. *Manual de produção integrada de caju*. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2005.